

Contribuições dos movimentos sociais para revigorar a universidade pública: A potencialização da subjetividade política

**Contributions of social movements to invigorate the public university:
The potentiation of political subjectivity**

**Contributions des mouvements sociaux pour revigorer l'université
publique: Le renforcement de la subjectivité politique**

**Claudete Lampert Gruginski^{[a]*}, Bernardo Sfredo Miorando^[b]
& Maria Elly Herz Genro^[a]**

^[a] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

^[b] Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre;
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Resumo: Neste trabalho, analisamos depoimentos de estudantes de uma universidade pública brasileira para compreender como a participação em movimentos sociais potencializa subjetividades políticas na relação com a formação acadêmica. Exploramos as conexões que estudantes produzem entre saberes acadêmicos e saberes dos movimentos sociais ao desenvolverem suas subjetividades políticas para efetivar sua ação social. Utilizamos uma abordagem qualitativa, realizando entrevistas semiestruturadas com estudantes engajados/as em diferentes movimentos sociais (de mulheres, de negras/os, de LGBTs e de indígenas) e analisando o material resultante através do método de interpretação de sentidos. Identificamos núcleos de sentido que convergem para três categorias centrais: diversidade; diálogo; projeto comum. A articulação desses elementos levou-nos a compreender que revigorar a universidade pública a partir dos movimentos sociais envolve fortalecer seu caráter de espaço-tempo potencializador do diálogo que, em meio à diversidade, constrói formas consensuadas de negociar pautas coletivas que guiem uma ação social consequente no combate à desigualdade. Para ampliar os repertórios de interpretação das realidades sociais e da intervenção nelas, consideramos a tematização de conhecimentos sociais de humanização como recurso para formar subjetividades políticas democráticas.

Palavras-chave: universidade pública, movimentos sociais, estudantes, subjetividade política

* **Correspondência:** claudlampert@gmail.com

Abstract: In this work, we analyze testimonies of students from a Brazilian public university to understand how the participation in social movements potentiates political subjectivities in relation to scholarly training. We highlight the connections students produce between academic knowledge and ways of knowing from social movements as they develop their political subjectivities to effect their social action. We employed a qualitative approach, conducting semi-structured interviews with students engaged in different social movements (women, Black, LGBT and Indigenous people) and analyzing the resulting material through the method of interpretation of meanings. We identified cores of meaning which converge to three central categories: diversity; dialogue; common project. The articulation of these elements led us to understand that reinvigorating the public university from the social movements involves strengthening its character of a dialogue-potentiating space-time which, amid diversity, builds consensual ways of negotiating collective agendas that guide a consequent social action in the struggle against inequality. To broaden the repertoires of interpretation of and intervention on social realities, we consider the thematization of social knowledge of humanization as a resource to educate democratic political subjectivities.

Keyword: public university, social movements, students, political subjectivity

Résumé: Dans ce travail, nous analysons des témoignages d'étudiantes d'une université publique brésilienne pour comprendre comment la participation à des mouvements sociaux renforce les subjectivités politiques en relation avec la formation académique. Nous mettons en relief les liens que les étudiantes produisent entre les savoirs académiques et les savoirs des mouvements sociaux en développant leurs subjectivités politiques pour réaliser leur action sociale. Nous utilisons une approche qualitative, en réalisant des entretiens semi-structurés avec des étudiantes engagées dans différents mouvements sociaux (de femmes, de personnes noires, de LGBTs et de peuples autochtones) et en analysant le matériau ainsi obtenu par la méthode d'interprétation des sens. Nous identifions des noyaux de sens qui convergent vers trois catégories centrales: diversité; dialogue; projet commun. L'articulation de ces éléments nous a conduit à comprendre que renforcer l'université publique à partir des mouvements sociaux passe par le renforcement de son caractère d'espace-temps de potentialisation du dialogue qui, au milieu de la diversité, construit des formes consensuelles de négociations tarifaires collectives qui guident une action sociale conséquente dans la lutte contre l'inégalité. Pour élargir les répertoires d'interprétation des réalités sociales et d'intervention en celles-ci, nous considérons la thématique des connaissances sociales d'humanisation comme une ressource pour former des subjectivités politiques démocratiques.

Mots-clés: université publique, mouvements sociaux, étudiants, subjectivité politique

Introdução

Entre as diferentes instituições que compõem o espaço-tempo estrutural da educação, a universidade exerce sua função social de bem público quando se guia por um projeto democrático em que múltiplas vozes podem participar com autonomia, apresentando às lideranças desafios e perspectivas para abordar problemas da realidade onde se encontra. A forma como ela produz conhecimento e propõe formação caracteriza sua função e a aproxima de um ou de outro conjunto de referências sociais. Se as referências vão no sentido de uma sociedade pluralista e democrática, cabe à universidade pública a intencionalidade de construir tanto relações de trabalho e governança, como práticas pedagógicas mais justas e humanas. Nesse sentido, é preciso que a universidade seja capaz de se transformar a partir de reflexões conduzidas pelo diálogo na multiplicidade de saberes e ações dos indivíduos que a compõem.

A diversificação dos públicos estudantis da educação superior brasileira é muito recente. O ingresso de estudantes que não fazem parte das classes brancas, urbanas de renda média ou alta é impulsionado por políticas públicas cuja continuidade não está assegurada no conflitivo ordenamento político da sociedade brasileira. Para que sua presença se mantenha de forma sustentada, a universidade pública precisa transformar o modo pelo qual ela opera e se referencia socialmente, no sentido de um compromisso democrático.

Os avanços significativos nas primeiras décadas do século XXI estiveram ligados à efetivação de ações afirmativas e à criação de novas universidades. Ao mesmo tempo, houve forte estímulo à expansão pela via mercantil, com a proliferação de instituições com fins lucrativos. Mesmo no setor público, os interesses hegemônicos persistem arraigados aos velhos paradigmas da cultura acadêmica tradicional. Ao tratar de mudanças na universidade, é necessária a cautela apontada por Cunha (2006): espaços que lidam com o conhecimento podem sofrer mudanças que não necessariamente implicam ruptura com padrões de dominação, uma vez que incluem novos sujeitos em lógicas arcaicas.

Este artigo revisita resultados da pesquisa de mestrado “Universidade Pública e Sujeito Político: Olhares dos Estudantes Engajados em Movimentos Sociais” (Gruginskie, 2015) com novos aportes reflexivos, visando analisar como estudantes inseridos/as em movimentos sociais (MS) veem a universidade pública na perspectiva de uma formação política, no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tomamos como referência a ideia de universidade pública como expressão de uma sociedade que se quer pluralista e democrática, tendo como intencionalidade construir relações de trabalho, governança e práticas pedagógicas mais justas e humanas. No Brasil, a educação superior foi construída com estruturas excludentes, como expressão de privilégios sociais. Pressupomos que a presença de grupos populacionais diversificados se faz acompanhar também de uma diversidade de subjetividades que, especialmente

quando engajadas em ação política pela mudança social, podem contribuir para a reversão de processos de discriminação, conservação e aprofundamento das desigualdades.

Partimos da concepção de que é missão da universidade trabalhar o conhecimento através das gerações, formando a consciência política dos/as estudantes pela discussão de temas “sob as regras da racionalidade, com clara conexão entre demonstração e argumentação” (Leite, 1990, p. 167). Porém, a universidade brasileira, em sua configuração atual, não promove de forma articulada e consistente práticas que exercitem subjetividades políticas provocadoras de mudanças sociais.

A constituição desse tipo de consciência social depende de outros espaços, como famílias, associações, igrejas, partidos políticos e outras formas de organização coletiva. Dentre elas, na pesquisa que embasa este artigo, destacamos o caráter formativo da participação política em MS que buscam revitalizar “energias de autorrealização articuladas com projetos coletivos que objetivem a satisfação das necessidades humanas fundamentais” (Genro, 2000, p. 34). Associando-se essa ideia à teorização de Jasper (2013) sobre emoções e MS, entendemos que tais espaços para a elaboração desses projetos permitem aos indivíduos trabalhar suas emoções, desenvolvendo, sucessivamente, lealdades afetivas ligadas a emoções morais e laços de confiança que favorecem a formação de compromissos em torno de metas estratégicas. Uma liberação emocional – a expressão da ira diante da injustiça – pode passar a uma liberação cognitiva – a compreensão das possibilidades de agência política – a partir do estabelecimento de solidariedades diante do diagnóstico de problemas que afligem grupos sociais específicos (Jasper, 2013).

Assim, a formação de subjetividades políticas capazes de trabalhar emoções imediatas em práticas políticas é parte da proposição da cidadania como uma relação de respeito à multiplicidade de demandas que se entrecruzam na composição do espaço público no qual se situam as universidades públicas (Genro, 2011). A importância do papel da universidade pública está em efetivar uma formação de subjetividades políticas capazes de pensar e atuar com sentido no horizonte de uma democracia substantiva (Genro, 2011). Isso demanda um direcionamento da instituição universitária para a concretização da prática democrática. Arendt (2008) afirmava que, para mudar uma instituição, é preciso rever sua constituição, seus estatutos. Esse tipo de revisão só ocorre a partir de movimentos políticos que, por sua vez, dependem de movimentos de consciência.

A preocupação com uma formação de sujeitos competentes, mas também conscientes de seu papel social e político, caracteriza a universidade que não reafirme e reproduza a desigualdade, mas que se proponha ao debate político para superação das injustiças sociais típicas da ordem capitalista. Se esta tem sido a tendência da universidade brasileira até aqui, entendemos que há que buscar inspiração no diálogo permanente com outros espaços, mais comprometidos

dos com a formação política. Por isso buscamos, na fala dos/as estudantes, possibilidades de alinhavar a interação entre universidade e MS.

Assim, colocamos em relevo as conexões que estudantes produzem entre saberes acadêmicos e saberes dos MS ao desenvolverem suas subjetividades políticas para efetivar sua ação social. As questões que serviram de base para esta análise se concentraram nas percepções de suas experiências na universidade e no movimento social em inter-relação. Destacamos as percepções acerca do papel da universidade pública na sua relação com a sociedade e em que sentido ela pode potencializar a constituição de subjetividades políticas democráticas. Buscamos com isso dar testemunhos de lutas e conquistas vivenciadas por indivíduos como os abordados na pesquisa.

Reconhecemos que nosso trabalho integra uma agenda mais ampla de pesquisa que está presente em outras partes do mundo, partilhada por autores de diferentes origens. Por exemplo, Borren (2017) conecta, através de autores como Hannah Arendt, reflexões sobre a ação política estudantil das décadas 1960 e 1970, aos protestos na África do Sul na década de 2010 em torno da colonialidade da sociedade refletida e reproduzida na universidade. Masa de Lucas (2018) aponta que, em Madrid, estudantes em movimento promoveram a articulação do protesto estudantil a repertórios e pautas de outros MS, de modo a renovar formas de ação. Soltis (2015) visibiliza espaços articulados na relação com o estudo universitário como lugares de formação política pela interação entre diferentes gerações e etnias na busca por direitos civis nos Estados Unidos. Percebe-se, então, que há a emergência de uma dinâmica pela qual a juventude universitária recombina repertórios de luta de diferentes épocas, grupos e contextos institucionais em MS. Em convergência com esse fenômeno social, há apelos pela valorização da ação engajada no uso de temas e formas de pesquisa como forma de resistência acadêmica à precarização e à fragmentação na produção do conhecimento a partir de imperativos de mercado (Reyes & Lundström, 2020) e do exercício reflexivo de intelectuais públicos na busca do bem comum (Petrick, 2015). Esse tipo de aliança é especialmente visível em termos de descolonização do conhecimento (Meyerhoff & Thompsett, 2017) e posicionamento do combate ao racismo como agenda pública (Bhattacharyya & Murji, 2013).

Neste artigo, abordamos elementos que permitem compreender a interlocução entre aprendizagens ocorridas na participação de estudantes em MS e na formação acadêmica. Para tanto, articulamos a noção de subjetividade política ao material empírico reunido com entrevistas de estudantes de uma universidade pública brasileira. Categorizando as elaborações expressas por esses indivíduos a partir de suas inserções sociais, apontamos possibilidades de potencialização da educação superior pública no diálogo com MS.

Caminhos para formação de consciência social e política: entre universidade e movimentos sociais

O processo sobre o qual nos detemos se relaciona à consciência política que se produz na relação com os diferentes espaços de ação social constitutivos da experiência humana caracterizados como MS. Trata-se de organizações sociais nas quais os/as participantes se identificam com as lutas, reivindicações e, compondo um coletivo, levam suas percepções e compreensões aos espaços que ocupam. Como rede que se constitui entre subjetividades diversas, permite a constante reconfiguração de identidades abertas (Scherer-Warren, 2006). Esse tipo de coletividade se organiza a partir de convergências em processos de avaliação e interação com o mundo, marcados por componentes imbricados de afetividade e racionalidade. Busca o respeito aos direitos políticos que garantem a dignidade humana a partir de um sentimento de pertença, envolvendo emoções de amor, orgulho e entusiasmo (Jasper, 2013).

Nesses espaços, conhecimento e reconhecimento de questões sociais se dão pela historicização dos problemas que afetam seus/suas integrantes, permitindo a identificação das lutas cotidianas como dimensão de uma construção social coletiva (Gohn, 1994). A partir da demarcação de interesses coletivos, demandam reconhecimento, redistribuição e representação nos diferentes espaços-tempos estruturais da sociedade, em escalas variadas (Fraser, 2009; Santos, 1994). Nas instituições educacionais, os MS “advertem que o conhecimento socialmente construído é muito mais diversificado do que as áreas curriculares pensam” (Arroyo, 2003, p. 43).

A universidade pública se apresenta como um espaço fértil para a proposição de paradigmas mais humanos, solidários e justos para a sociedade por ser um espaço público de discussão aberta e crítica (Santos, 2019). Esse debate desenvolve a consciência social ao proporcionar um olhar para além de questões individuais e de grupos específicos, situando os problemas que afetam os/as estudantes na dimensão do coletivo, entendido como uma totalidade que articula as contribuições das diferentes singularidades:

É um dar-se conta de si, dos outros, de ser um ser social em determinadas circunstâncias, de ser e sentir-se responsável como tal, se necessário, pela modificação destas circunstâncias não apenas no benefício próprio pessoal ou de classe, mas no benefício coletivo da comunidade universal. (Leite, 1990, pp. 168-169)

Uma consciência social e política é resultado da organização sistemática e reflexiva de experiências de vida, dos espaços ocupados, das interpretações formuladas, dos diálogos construídos em um sentido de existência singular na convivência. Assim, o trabalho universitário de desenvolver a capacidade de lidar com o conhecimento formal e de estruturar entendimentos racionais sobre as contradições vividas leva os indivíduos a se reposicionarem diante de suas formas técnico-políticas de ação na sociedade (Leite, 1990).

A construção de uma consciência social, portanto, não se dá em processos e espaços de isolamento, de exacerbação do individualismo. Ela se dá a partir do olhar atento sobre a realidade buscando transformá-la (Freire, 2000), no processo de inter-relação com os diferentes sujeitos que compõem o tecido social, na valorização do espaço público como fundamento constitutivo da experiência humana, na produção de temáticas e políticas de interesse público. Nossa perspectiva é a de realçar não só as relações entre sujeitos, mas também aquelas estabelecidas pelos sujeitos entre os espaços em que dialogam. Buscamos a ação democrática na articulação de atores diversos na produção dialógica de um projeto generoso e solidário de sociedade, como práxis existencial cotidiana.

A academia é percebida como espaço que o MS aciona para seu empoderamento político, cultural e intelectual. Ao mesmo tempo, a universidade se alimenta de saberes externos, conhecimentos oriundos de experiências como as do MS para produzir um cânone acadêmico a partir de conhecimentos originados por cosmovisões populares. Nessa perspectiva, o diálogo assume a dimensão existencial de “pronúncia do mundo”, encontro em que, pela palavra e pela escuta, os seres humanos se fazem e refazem na reinvenção do mundo e podem se transformar em ação libertadora (Freire, 1987). O diálogo é um exercício estruturante, tanto na universidade quanto no MS, uma vez que ambos demandam a inserção de identidades em espaços compartilhados em que se oportuniza o reconhecimento da alteridade. De uma parte, a formação acadêmica possibilita articular outros saberes àqueles codificados no cânone científico (Gohn, 1994). Por outro lado, “a consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas de população, no presente e no passado” (p. 20).

Se a universidade pública é parte do Estado e padece, muitas vezes, com a apatia da comunidade acadêmica, ao mesmo tempo, é também espaço de dinamismo em que se tensionam constantemente anseios de conservação e mudanças, reacionárias ou progressistas. Esse tipo de anseio é canalizado por atores orgânicos que tentam projetar, através das estruturas universitárias, diferentes pautas e formas de luta originadas na ação de MS em décadas anteriores (Novaes, 2012). Processos de democratização podem se adensar com os novos sujeitos que estão ingressando na academia, despertando diferentes reações: “ao mesmo tempo em que a universidade pode estar cooptando as lideranças ou deixando esses alunos mais conservadores, ela está sendo transformada por essas novas demandas dos movimentos sociais, ao exigir uma universidade qualitativamente distinta” (Novaes, 2012, p. 239).

Interpretamos essa dinâmica como tipicamente política considerando a perspectiva de Hannah Arendt (2008, 2013), para quem o fundamento da política é a ação como relação entre os seres humanos, sem a mediação das coisas, mas em uma dinâmica de confrontos de pensamentos, juízos e imaginação em diálogos para a construção de mundos de inspiração cole-

tiva, em constante reconfiguração pela emergência de singularidades. Por estar ligada ao coletivo, a política também se relaciona diretamente ao espaço público: o espaço da liberdade e da ação, o espaço do plural, da construção coletiva através da concertação. O espaço público é também o espaço dos consensos, ainda que provisórios (Genro, 2011), o que reafirma a importância do agir em conjunto. Para Arendt (2013), o mundo só pode ser conhecido através da troca de perspectivas entre as pessoas que o situam como um espaço comum: “só na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados” (p. 21).

A partir das obras dessas autoras, caracterizamos subjetividade política como capacidade de pensar para se construir de forma autônoma na ação em conjunto, pelo bem coletivo, em uma perspectiva de sociedade baseada na dignidade humana e justiça social. Resultante da inter-relação entre pessoas e grupos, essa subjetividade frequentemente se aguça conforme as pessoas percebem as contradições existentes entre e dentro das lógicas de ação, expressas por sujeitos individuais e coletivos, nos diferentes espaços de que tomam parte. Em sentido democrático, fortalece “espaços públicos de presença, expressão e representação que ampliem os horizontes de participação, conflito e diálogo” (Gruginskie et al., 2018, p. 736).

Buscamos expressões dessas subjetividades na relação que os/as estudantes entrevistados/as estabelecem entre possibilidades partilhadas por universidade e MS na construção de mecanismos de promoção da equidade, desde o reconhecimento interpessoal até a promoção de políticas redistributivas e a constituição de outras ecologias de representação (Fraser, 2009).

Perspectiva metodológica e as vozes de sujeitas e sujeitos¹ em formação

A pesquisa cujos resultados apresentamos aqui foi realizada com estudantes e egressas de uma universidade pública brasileira, a UFRGS, engajadas em um ou mais destes quatro MS: Mulheres, Negro, Indígena e LGBT. Realizamos um estudo exploratório (Gil, 2008) de abordagem qualitativa (Minayo, 2012).

A instituição em questão é uma das mais antigas e prestigiosas universidades públicas do país. Foi criada em 1934, a partir da união de diversas faculdades, e desde então se consolidou como uma universidade de pesquisa de projeção internacional. À época da pesquisa, contava com 31.588 estudantes de graduação, sendo 7.158 ingressantes pelo processo de ações afirmativas. Na pós-graduação estavam matriculados/as 11.315 estudantes (UFRGS, 2015). Naquele

¹ Ao referirmos o conjunto de participantes da pesquisa, optamos por utilizar o gênero feminino, uma vez que a maior parte do grupo é composta por mulheres.

momento, não se praticava qualquer modalidade de ação afirmativa nos cursos de pós-graduação. De acordo com levantamento de seu Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, entre os 92 programas que ofertam cursos de mestrado e/ou doutorado, 18 reservaram vagas em seus processos seletivos para ingresso em 2021 (Costa & Costa, 2020). Essa mudança é um indicativo da repercussão das demandas de MS sobre a universidade, canalizada através da ação política de estudantes, entre outros membros da comunidade, para constituir políticas na construção da equidade.

Esse traço é relativamente novo para uma instituição de raiz neonapoleônica, que se consolida como universidade pela absorção de caracteres humboldtianos e flexnerianos em uma estrutura federada marcada pela cultura meritocrática (Almeida Filho, 2014; Franco & Morosini, 2011; Sguissardi, 2011). Não obstante, sua governança como universidade pública se dá com base em múltiplos órgãos colegiados, espaços permeáveis à proposição e à crítica, e em cujos processos impactam dinamismos sociais mais amplos. Além disso, por desenvolver uma gama de atividades de pesquisa e extensão, a UFRGS se relaciona, através de estudantes, professores/as e pessoal técnico, com as temáticas dos movimentos elencados na pesquisa. A partir desses pontos de contato, tais temas também vão se inscrevendo progressivamente no currículo oficial do ensino.

É nesses múltiplos processos de mudança institucional que propusemos explorar os engajamentos combinados das estudantes que transitam entre espaços sociais e também entre seus cânones e códigos de referência. Para observar como essas interações dialéticas são apreendidas pelas sujeitas, realizamos entrevistas semiestruturadas com estudantes e egressas reconhecidas na comunidade universitária como integrantes de MS. Cada participante foi identificada com um pseudônimo representativo de figura acionada nas lutas dos respectivos movimentos. O conteúdo das transcrições das entrevistas foi analisado na perspectiva proposta por Romeu Gomes (2012) como “método de interpretação de sentidos”, caracterizado pela referencialização do texto explorado em contextos culturais, posicionamentos de grupos, relações entre cognição e sentimento, e suas lógicas mais amplas. Dessa forma, nossa heurística se compôs de um processo hermenêutico e dialético ao articular a interpretação textual do conteúdo das entrevistas a processos sociais estruturantes para captar movimentos da subjetividade política dos/as entrevistados/as.

Neste artigo, trabalhamos com excertos de depoimentos de oito estudantes. A pesquisa como um todo foi estruturada em três eixos: MS, universidade pública e sujeito político, cada um organizado em categorias prévias desenvolvidas para atender aos objetivos da pesquisa a partir de seus fundamentos teóricos. Em uma primeira etapa da análise, trechos das entrevistas foram codificados como relativos a cada uma dessas categorias. Os resultados apresentados neste trabalho dizem respeito à categoria “contribuições da formação política no movimento social para

a universidade pública”, do eixo sujeito político. Essa categoria está referenciada em propostas sobre o papel social das universidades (Santos, 2019), análises dos processos formativos dos MS (Arroyo, 2003; Gohn, 1994; Scherer-Warren, 2006) e das relações entre esses dois espaços (Novaes, 2012).

Em uma segunda etapa, identificamos sentidos emergentes dentro de cada categoria. O resultado desse procedimento é exposto na seção a seguir, em que representamos em quadros os trechos com a anotação dos sentidos detectados. Os núcleos de sentido foram usados para codificar ideias explícitas e implícitas nas falas e levaram em conta os contextos sociais em que as sujeitas estavam inseridas e repertórios de valores acionados nas ações dos MS (Gomes, 2012). O trabalho desenvolvido na primeira e na segunda etapas correspondeu a uma codificação de primeiro ciclo do tipo temática, em que os temas correspondem a sentidos latentes ou manifestos a respeito de uma ideia (Saldaña, 2009), no caso “contribuições da formação política no movimento social para a universidade pública”.

Em uma terceira etapa, final, articulamos esses sentidos emergentes em três categorias – diversidade, diálogo e projeto comum – que consideramos centrais por atravessarem o discurso das sujeitas e sinalizarem dimensões estruturantes de suas perspectivas, comuns em meio às singularidades apresentadas. Essas categorias interpretativas em que agrupamos os sentidos emergentes também foram elaboradas na relação com os fundamentos teóricos da pesquisa, de modo a produzir uma síntese pela implicação de teoria e empiria. Em outros termos, essas categorias centrais foram originadas como metatemas a partir dos temas correspondentes aos sentidos interpretados (Saldaña, 2009).

Contribuições dos movimentos sociais que revigoram as experiências da universidade pública

Nos quadros abaixo, destacamos fragmentos dos depoimentos em que as estudantes expressam de modo mais explícito formas pelas quais a participação em MS contribui para a formação da subjetividade política na construção de uma consciência social. Em cada trecho, identificamos os núcleos de sentido encontrados. Apresentamos suas interpretações de como a relação com os MS pode revigorar dinâmicas da universidade pública.

Trecho do depoimento – Jean	Núcleos de sentido
<p>Eu acho que estando mais atento a essas experiências da vida, mesmo, porque aqui se estudam os sujeitos; lá fora, são os sujeitos, vivendo e tal. E eu acho que esses sujeitos que são <i>objetos nas pesquisas, na maior parte das vezes</i>, eles pouco acessam, eles nem conhecem esse espaço de pesquisa, esse <i>espaço que os pensa</i>, que pensa sobre as suas vidas, que fala sobre eles. Eu acho que é importante ter mais <i>espaço de protagonismo</i> para esses sujeitos ligados a qualquer movimento social. Mais espaço de fala, mais abertura, mais <i>programas de equidade</i>, de acesso mesmo, né? (...) <i>Todo mundo tem que estar aqui.</i> (...) Os grandes doutores, as grandes doutoras se formando dentro desses espaços, mas que <i>não têm articulação real nenhuma com a vida, com os sujeitos, as coisas que são pesquisadas</i>. E ao mesmo tempo existe uma pressão pra academia de produção, que distancia ainda muito mais da vida porque tu passas a <i>produzir incessantemente e incansavelmente pra dar conta dessa máquina.</i> (...) Eu acho que isso é um aspecto positivo de aproximação com a vida, com a demanda dos movimentos. Talvez alguma coisa relacionada à <i>diversidade de linguagens</i>, também, sabe? (...) Os saberes são tão diferentes. Eu acho que a universidade às vezes <i>não dá conta de saber o que fazer</i>. Ela acaba <i>homogeneizando</i>, também, na verdade, os saberes, os lugares. (...) Será que <i>a experiência dela de vida em algum momento vai borrar, vai poder trocar com esse lugar da universidade?</i> Com esses discursos?</p>	<p>reposicionamento do sujeito</p> <p>justiça social democratização</p> <p>conexão teoria-prática</p> <p>questionamento do modo de produção da academia</p> <p>diversidade de repertórios para traduzir o real cooptação possibilidade de diálogo na diversidade</p>
Trecho do depoimento – Dandara	Núcleos de sentido
<p>No momento em que a universidade flexibiliza suas barreiras, dialoga com os <i>sujeitos que não são seus espaços de senso comum</i>, que não trazem essa <i>bagagem</i>, essas <i>diferenças</i>, essas culturas e essa <i>diversidade</i> presente dentro do espaço acadêmico, com certeza, ele vai revigorar as experiências de universidade pública e vai também potencializar o sujeito político. <i>O lugar de onde ele fala é a sua luta, é a sua vida.</i> Então, isso tem muito a contribuir dentro da experiência da universidade, desde que ela esteja aberta à <i>redemocratização</i>. <i>Desde que ela queira fazer esses diálogos.</i></p>	<p>tensionamento da tradição diversidade de repertórios</p> <p>conexão teoria-prática democratização disposição ao diálogo</p>
Trecho do depoimento – Pagu	Núcleos de sentido
<p>Os movimentos sociais têm que encontrar a <i>universidade com as portas abertas</i>, certo? E também <i>têm que ter uma disponibilidade de fazer o diálogo</i>. Nem todos os movimentos sociais querem dialogar com a universidade. Porque acham que é o lugar da elite pensante. Então, tem movimentos que estão à margem nesse processo e <i>não querem fazer esse diálogo</i>. Mas acredito que a universidade faça o caminho – ela faça o movimento de abertura. (...) <i>Então, é uma disputa importante da visibilidade de você falar por quem? Você representa quem?</i> Então, eu posso falar enquanto uma mulher branca, mas que também não sou a mulher ocidental. Eu não sou europeia. Eu sou da América Latina! Eu sou uma colonizada! Como é que é esse processo?</p>	<p>reciprocidade no diálogo</p> <p>recusa do diálogo</p> <p>limites da representação</p>

Trecho do depoimento – Brenda Lee	Núcleos de sentido
<p>Muitos acadêmicos, pós-graduandos e tal, <i>vêm buscar o movimento social como subsídio</i> para poder, enfim, <i>desenvolver suas pesquisas</i> e de certa forma, ver o outro lado. (...) Acho que foi positivo também a partir da minha inserção na universidade foi <i>a discussão de que sujeito, o nome desse sujeito</i>. O nome social desse sujeito. Hoje, a universidade já discute o nome social, <i>foi aprovado</i>. (...) E de que forma também vai incluir essas pessoas. Porque às vezes não adianta tu só respeitares o nome social. Tu tens que <i>ter acesso e garantir uma permanência</i> (...). É dialogando o tempo inteiro com a universidade. (...) Então, eu acho que é uma <i>troca, né? E esses momentos de troca, eles têm que acontecer o tempo inteiro</i>.</p>	<p>MS como subsídio</p> <p>reposicionamento do sujeito</p> <p>efeito sobre a institucionalidade</p> <p>diálogo sustentado</p>
Trecho do depoimento – Angela	Núcleos de sentido
<p>Aí, de que adianta abrir portas: “<i>Entrem, estudantes trabalhadores, estudantes pais e mães, estudantes que têm outra vida que não a vida da universidade; mas se vocês não acompanharem, a gente vai botar vocês pra fora. Vamos botar vocês pra fora pela porta de trás!</i>”. Então, eu penso que a UFRGS pode <i>pensar de uma forma um pouco mais humanizada</i>, no sentido de entender quem tá entrando aqui e o que nós viemos fazer aqui, sabe? (...) Porque, enfim, se não fôssemos nós, <i>qual o sentido da universidade, se não quem estuda aqui?</i> Ia ficar professoras falando pra professores e as paredes. (...) O movimento estudantil, qual é o papel dele dentro da universidade? É um papel de enfrentamento, de pautar a universidade, buscando seus <i>direitos enquanto estudantes</i>. Existe uma lei, por exemplo, que é obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Já tem dez anos essa lei, sabe? E aí, <i>aqui dentro, a gente não faz esse movimento de mudar esses paradigmas</i>. (...) A partir do momento que a gente tá dentro da sala, problematizando: “Esse texto aqui fala bem pouco sobre a nossa realidade. Tenho referência lá na Conceição Evaristo, que é uma poetisa, negra, e tal”. Então, aí a gente tá trocando, <i>trazendo de fora</i>. É outra visão! (...) <i>Nosso movimento é de procurar pessoas-chaves, procurar espaços-chaves, enfim, pra reunir, pra pensar</i>. Mas, ao mesmo tempo, é bem complicado. Até pouco tempo, por exemplo, no curso de História, a disciplina de História da África <i>era uma disciplina eletiva, não era uma disciplina obrigatória</i>. (...) As nossas fragilidades, os nossos furos, os nossos buracos, enfim, a gente vai pautando e segue na luta. Uma unidade entre nossas pautas específicas. E a partir do momento em que <i>a gente se junta pra pressionar, a gente consegue encontrar meios de fazer com que a universidade reveja algumas coisas, assim</i>. (...) <i>Eu tenho facilidade de perceber os furos, né? E aí, nesses furos, a gente entra. Mas comigo, na realidade, muitas vezes as coisas se confundem</i>. Até, inclusive, quando eu fui entrar nesse grupo de pesquisa, um dos supervisores me conhece, conhece minha trajetória, conhece meu pai também, enfim, e ele sabe que eu sou militante e tudo mais, e ele disse pra mim: “Ó, nós tamos fazendo a seleção e tal, eu posso te indicar e tudo mais, né, que eu acho que tu já tens uma inserção. Mas ao mesmo tempo, <i>tu tens que cuidar pra não confundir as coisas</i>. Porque a gente tá lá fazendo uma <i>pesquisa acadêmica</i>”.</p>	<p>subalternização</p> <p>conhecimento social de humanização</p> <p>função social da universidade</p> <p>direitos estudantis</p> <p>mudança curricular</p> <p>aporte de referências formação coletiva</p> <p>mudança curricular</p> <p>ação coletiva</p> <p>subjetividade política trajetória</p> <p>limites políticos da ação universitária</p>

Trecho do depoimento – Rose	Núcleos de sentido
<p>Então, <i>o movimento é que me levou pra universidade</i>, que foi uma turma da Pedagogia da Terra, um convênio, uma maneira diferente de estar na universidade. (...) Entra no espaço da universidade uma outra bagagem que é uma <i>bagagem política</i> (...) <i>traz o debate dos movimentos sociais que muitas vezes não são vistos na universidade</i>. Então, existem algumas experiências desta inter-relação universidade-movimentos sociais, mas no geral da universidade ainda existe um academicismo muito forte. (...) a forma de superação seria investir mais <i>no conhecimento humano, social, de humanizar, de socializar, de solidarizar</i>. (...) É colocar uma <i>outra forma de educação pra dentro da universidade, que não é a sala de aula e que é a educação</i>. (...) eu acho que ainda há pouco do movimento vir para a universidade. Por exemplo, <i>por que não os dirigentes dos MS poder dar aulas?</i> Por que não ter aulas intercaladas entre professor e dirigente do MS? (...) <i>há um saber que ele é diferenciado e que é da vida e que é da experiência</i> e que é milenar e é popular, que existe nos MS. E que também há um saber acumulado e que também vem de teoria e de prática.</p>	<p>movimento encaminha sujeitos para a universidade</p> <p>diversidade de repertórios</p> <p>conhecimentos sociais de humanização</p> <p>diálogo com práticas educativas alternativas</p> <p>diversidade de repertórios (saberes da experiência)</p>
Trecho do depoimento – Sepé	Núcleos de sentido
<p>(...) acho que dentro do movimento, de novo, são pessoas tentando sustentar pessoas dentro da universidade. <i>São pessoas, não é o movimento</i>. (...) Ele deu uma <i>encolbida muito grande</i>. Talvez as pessoas que saiam desses movimentos, que vão pra universidade, possam revigorar o movimento. (...) Aí nós, que somos do movimento e vamos pra universidade, eu acho que nós temos – não sei é obrigação ou não – mas nós precisamos dar... (...) quando os indígenas vão pra universidade, <i>ela não tá preparada pra receber esses alunos</i>. Acho que assim, ótimo essa política de cotas. (...) O problema é que essas pessoas que vêm via política, <i>elas não correspondem mais àquela necessidade do movimento, elas não voltam pro movimento, elas não têm retorno pro movimento</i>. Elas têm o retorno de outra forma, mas não pro movimento. Ela vai dar <i>retorno para um projeto do governo, um projeto do Estado, e não mais para um projeto do movimento</i>. Então, sabe, são coisas que se tem que pensar.</p>	<p>esvaziamento do MS</p> <p>insuficiência das práticas institucionais</p> <p>fragilidade de relação com os projetos (comunitários) do MS</p>
Trecho do depoimento – Martin	Núcleos de sentido
<p>O movimento negro institucional é um conjunto de entidades. (...) Os <i>coletivos negros</i>, eles <i>trazem seu modo</i>: cada qual tem um perfil ideológico, tem uma relação de pauta (...). <i>Dentro das diferenças</i>, nós <i>não temos uma estratégia unificada</i> porque a pauta do movimento negro, devido a essa vulnerabilidade histórica, ela é muito ampla. (...) Então, as <i>nossas pautas ainda tão associadas às políticas de reconhecimento</i> (...) <i>hegemonicamente político-culturais e memoriais, quilombolas; à defesa da cultura negra</i>. Elas <i>ainda não evoluíram</i> – sem desprezo dessas pautas – para uma <i>pauta da política econômica</i>, uma <i>pauta do teu lugar no andar de cima</i>, pautas <i>que desafiam muito mais a estrutura de poder da branquitude</i>.</p>	<p>diversidade interna aos MS: pluralidade e ausência de um projeto comum</p> <p>insuficiência das pautas atuais (multiculturalistas)</p>

Para as entrevistadas, a presença física de sujeitos e sujeitas dos MS traz suas lutas e temáticas para o debate universitário. O MS está na universidade por meio da presença de estudantes engajados/as e que, com sua experiência política, disputam a formulação e implementação das políticas institucionais ao mesmo tempo em que buscam aprofundamento teórico e domínio dos códigos formais que permitem a ação política nas esferas administrativas estatais. São diferentes organizações que se fazem presentes através de seus representantes na academia. Internamente ocorrem articulações que visibilizam o movimento, como a organização de coletivos. Eles também ocupam espaços – com mobilizações demonstradas em atos públicos e na participação em instâncias decisórias – e pressionam para a realização das pautas do movimento. Percebemos que os núcleos de sentido convergem para três categorias centrais: diversidade; diálogo; projeto comum. Essas categorias expressam sentidos mais amplos que detectamos como princípios subjacentes às falas das entrevistas. Elas foram organizadas com a intencionalidade de atender ao objetivo de perceber nexos pelos quais a participação em MS potencializa subjetividades políticas na relação com a universidade e se sustentam em formulações interpretativas derivadas do referencial teórico.

O sentido de diversidade mais presente ao longo das falas relaciona a diversificação dos públicos estudantis à democratização da universidade, considerada um espaço com forte tendência à homogeneização nas formas de crer, agir e julgar típicas das classes dominantes. A partir do momento em que essa instituição deixa de se pautar pelos anseios exclusivos dessas frações e passa a incorporar uma pluralidade de vozes de modo isonômico, constitui-se um processo de justiça social, reconhecendo as desigualdades, redistribuindo oportunidades e criando novos canais de representação, nos termos de Fraser (2009).

As entrevistadas também apontam os limites dos processos de abertura da universidade, identificados sobretudo com as ações afirmativas. Um deles tem a ver com a diversidade interna aos públicos que ingressam em vagas reservadas, que têm uma diversidade de agendas, não necessariamente identificadas com as pautas dos MS que se envolveram na disputa pela universidade (Sepé, Martin). Também apontam as insuficiências institucionais para lidar com esses públicos (Sepé), tanto em termos de subalternização (Angela) quanto de cooptação (Jean). Ainda, indicam que os MS também encontram desafios em sua capacidade de representar grupos sociais e precisam estabelecer parâmetros de identidade coletiva negociados (Pagu) e rever a efetividade de suas pautas (Martin). As participantes apontam, criticamente, a existência de uma tensão quanto à legitimidade dos atores sociais presentes na universidade, aos quais se atribui a representatividade de determinadas identidades, e a representação efetiva de grupos sociais, em toda sua pluralidade (Pagu, Sepé, Martin).

As fronteiras encontradas nos MS são apontadas também, ainda que de forma diferente, na universidade, ao tratar da necessidade de questionar um modo único de produzir conhecimento

e de tomar decisões (Jean). Os MS podem aportar à universidade uma diversidade de repertórios para traduzir o real (Jean, Dandara, Rose), sobretudo com saberes da experiência derivados de tradições de educação popular (Rose), que adquirem o sentido de conhecimentos sociais de humanização (Rose, Dandara) e são marcados pela integração entre teoria e prática (Dandara, Jean). Assim, a diversidade se apresenta como fator de potencialização do fazer acadêmico quando há abertura para o diálogo.

O diálogo depende de uma condição de reciprocidade (Pagu), que é muitas vezes atravessada pela inflexibilidade da universidade (Dandara) ou por recusas dos MS (Pagu). O diálogo também precisa ser sustentado para surtir efeitos (Brenda Lee). As bases para entendimentos são apontadas pelas entrevistadas como existentes em dinâmicas pelas quais os MS encaminham integrantes para a universidade em busca de qualificação técnica e formal (Rose), ou a universidade aborda o MS como subsídio para sua produção de conhecimento (Brenda Lee). Dessa forma, a relação entre MS e universidade revigora a educação superior pública ao promover o diálogo com práticas educativas alternativas (Rose) e aportar referências alternativas (Angela). Tensionam, assim, a tradição universitária e seu senso comum (Dandara), favorecendo a constituição de ecologias de saberes (Santos, 2019) que questionam, reivindicam e propõem, podendo construir novas epistemologias.

Ao demandar reconhecimento e representação justa, sujeitos e sujeitas engajadas em MS provocam efeitos sobre a institucionalidade (Brenda Lee), dentre os quais o mais perceptível é a mudança curricular (Angela). Nesse movimento, porém, precisam da serenidade de conhecer e respeitar os limites políticos da ação universitária (Angela), compreendendo estrategicamente quais demandas cabem a cada contexto e a melhor forma de acionar suas pautas nos diferentes espaços e tempos da universidade. Essa aprendizagem se relaciona a formas diversas de reposicionamento de sujeitos e sujeitas (Jean, Brenda Lee). Há uma aquisição de protagonismo nos processos de conhecimento, em que membros de MS deixam a condição de objeto para se tornarem sujeitos dos atos cognoscitivos universitários (Freire, 1987, 2000). Além disso, promovem a ampliação das possibilidades de reconhecimento das vidas dos indivíduos que compõem a universidade nos próprios termos desses sujeitos e chamam a atenção para suas condições de existência e para os constrangimentos que as atravessam.

O ponto de partida para uma ação coletiva que promova essa reflexividade está na ancoragem proporcionada por um projeto comum. Muitas vezes, esse projeto emerge da percepção das fragilidades da condição compartilhada por muitas pessoas engajadas em MS na universidade pública: a de estudante. Assim, muito da ação de estudantes engajados/as em MS se relaciona a trazer para o centro do debate acadêmico a função social da universidade pública e seu necessário compromisso com os direitos estudantis (Angela), na relação com as demandas específicas de cada MS. Essa função social está em grande parte relacionada a ser uma instituição

que congrega “espaços-chave” e “pessoas-chave” (Angela) que possam ser acionados para a transformação social (Genro, 2011; Leite, 1990; Novaes, 2012; Santos, 2019).

Dessa forma, um dos principais aspectos pelos quais os MS podem revigorar a universidade pública está em reativar a sua função de formar para a ação coletiva (Angela). Se essa orientação é insuficientemente tratada nos currículos universitários, a formação da subjetividade política acaba por depender daquilo que os membros da comunidade universitária aportam de suas trajetórias particulares. Dependendo de suas vivências anteriores ou exteriores, certas questões sociais e políticas podem ser mais evidentes (Angela), mas não há garantias de que todos/as os/as estudantes amparados/as por políticas públicas tenham compromissos cívicos para além de seus projetos pessoais (Sepê). Nesses casos, a ação dos MS na relação com a universidade pode não avançar, mantendo-se em um caráter circular (Martin) ou mesmo tendendo ao esvaziamento (Sepê). Isso acontece porque, da forma como a universidade se configura hoje, ela se compõe de relações pulverizadas com os indivíduos, sem uma conexão mais consistente com as coletividades, como os MS. Com isso, indivíduo e instituição acabam compactuando em formas de cooptação, como observado por Cunha (2006) e Novaes (2012).

Com atenção à lógica dos projetos comuns como base da política (Arendt, 2008, 2013; Federici, 2019; Leite, 1990; Santos, 2019), os depoimentos analisados em nossa pesquisa levam à compreensão de que revigorar a universidade pública a partir dos MS passa por fortalecer seu caráter de espaço-tempo potencializador do diálogo que, em meio à diversidade, constrói formas consensuadas de negociar pautas coletivas que guiem uma ação social consequente no combate à desigualdade. É na sucessão dos consensos possíveis nas negociações táticas dentro de um quadro estratégico que MS e universidade estabelecem um projeto como ideia-força para avançar num horizonte de sociedade. Para que tal fortalecimento ocorra, pode-se recorrer à ampliação dos repertórios de interpretação das realidades sociais e da intervenção nelas. O ponto de partida parece ser a tematização de conhecimentos sociais de humanização que sustentem a educação de subjetividades políticas democráticas, competentes nas relações dialógicas e propositivas. A universidade encontra aí uma fértil fronteira para atuação epistemológica, em especial nas ciências sociais e humanidades, ampliando e revigorando sua própria tradição: traduzir saberes da experiência de modo que possam perpassar os currículos como estratégias de socialização para a solidariedade na diferença.

Essas três categorias se encadeiam na vida das sujeitas através da operação tácita de uma subjetividade política, pela qual convertem suas emoções em ação política com efeito de mudança (Genro, 2011; Jasper, 2012). A percepção da diversidade pelas sujeitas se ancora em emoções de indignação, despertadas pela consciência de uma trajetória histórica de discriminações e opressões, mobilizando a luta por reconhecimento com alianças construídas a partir de sentimentos de pertença. Para organizar essas emoções, é preciso ingressar em um processo dialó-

gico que requer a concertação de formas éticas de proceder, nas quais as sujeitas se inscrevem em um movimento formativo e autoformativo. Os sentimentos morais de solidariedade experimentados com o diálogo impulsionam um avanço da crítica ao existente à formulação de alternativas que inspiram compromissos na construção de um projeto comum que dignifique a condição humana. A subjetividade política remete, assim, a uma capacidade de articular a memória do passado, a convivência no presente e a projeção de futuro.

Considerações finais

A pesquisa evidenciou possibilidades de potencialização da subjetividade política pelo tensionamento da consciência social que se dá no trânsito entre MS e universidade pública. Se a universidade pública é parte do Estado e padece, muitas vezes, com a apatia da comunidade acadêmica, ao mesmo tempo, é também espaço de dinamismo em que se tensionam constantemente anseios de conservação e mudança. Processos de democratização podem se adensar com os novos sujeitos que estão ingressando e despertando diferentes reações da academia.

Estudantes engajados/as em MS podem tensionar o cotidiano acadêmico ao questionar a universidade pública quanto ao cumprimento de sua função social. Criar espaços institucionais efetivos para a interlocução sustentada entre universidade e MS, abrindo a possibilidade de participação formal na gestão das políticas educacionais e nos currículos dos cursos, parece ser uma ação que contribuiria tanto para a universidade quanto para os MS nessa perspectiva de cidadania, inserção e intervenção social. Para tanto, a ação de estudantes universitários/as engajados/as em MS, que reivindicam maior diálogo entre esses espaços e a universidade.

As entrevistadas indicam que ambos os tipos de instituições se revigoram quando abrem canais de participação com efetiva interlocução, o que é um requisito para a democratização. As participantes testemunham que temáticas dos MS ganham espaço na disputa pelos rumos da universidade, muitas se transformando em políticas, especialmente do tipo de ações afirmativas. Por outro lado, evidenciam que mudanças institucionais profundas precisam ocorrer para instaurar uma cultura de respeito às diversidades que efetive uma estrutura de equidade. O confronto entre as práticas dos diferentes espaços permite perceber que, entre os múltiplos saberes presentes no cotidiano universitário, conhecimentos sociais de humanização aparecem como uma ausência curricular.

Ao explorar as possibilidades de uma ética da solidariedade como alicerce da experiência formativa, o espaço acadêmico pode formar para a ação política coletiva capaz de elaborar projetos comuns, a serem concertados em torno da equidade, através de práticas de reconhecimento, políticas redistributivas e combate às diferentes formas de exclusão e opressão, como o

racismo, o sexismo e a exploração econômica. As entrevistadas reconhecem que os avanços conquistados até aqui em termos de aproximação da educação superior à construção de uma sociedade democrática foram produzidos pela ação de grupos que cultivaram processos de formação dialógica de subjetividades políticas em torno de uma solidariedade de pautas, dando origem a um projeto comum.

O confronto entre os diferentes códigos que organizam a ação na universidade e nos MS pode ser encarado como uma experiência de mútua fertilização entre subjetividades na construção comum de experiências e planos num horizonte democrático de busca do bem comum. A disputa de saberes e valores pode ser apreciada como movimento de vida que amplia a práxis. Ir além do instituído, nesse caso, implica suplantando os arranjos imediatos dos interesses particulares em favor da justiça social. Avança-se nesse sentido quando a dialética entre subjetividade e institucionalidade é demarcada pela afirmação da dignidade da condição humana rumo à democracia sem fim.

Referências bibliográficas

- Almeida Filho, Naomar (2014). Nunca fomos Flexnerianos: Anísio Teixeira e a educação superior em saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 30(12), 2531-2543. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311xet011214>
- Arendt, Hannah (2008). *A promessa da política*. DIFEL.
- Arendt, Hannah (2013). *O que é política? Fragmentos das obras póstumas* (11.ª ed.). Bertrand Brasil.
- Arroyo, Miguel (2003). Pedagogias em movimento: O que temos a aprender dos movimentos sociais? *Currículo sem Fronteiras*, 3(1), 28-49.
- Bhattacharyya, Gargi, & Murji, Karim (2013). Introduction: Race critical public scholarship. *Ethnic and Racial Studies*, 36(9), 1359-1373. <http://dx.doi.org/10.1080/01419870.2013.791399>
- Borren, Marieke (2017). The university as a battlefield: On democracy, protest and violence. *Tydskrif vir Geesteswetenskappe*, 57(1), 95-113. <http://dx.doi.org/10.17159/2224-7912/2017/v57n1a8>
- Costa, Karine, & Costa, Fernando (2020, 17 setembro). *Universidade trabalha para oferecer cotas em todos os PPGs no primeiro semestre de 2021*. Jornal da Universidade. <https://www.ufrgs.br/jornal/ufrgs-trabalha-para-oferecer-cotas-em-todos-os-ppgs-no-primeiro-semester-de-2021/>
- Cunha, Teresa (2006). Justiça cognitiva, identidades e diásporas. *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC*, 1, 1-42. <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>
- Federici, Silvia (2019). O feminismo e a política dos comuns. In Heloisa B. Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais* (pp. 379-394). Bazar do Tempo.
- Franco, Maria Estela, & Morosini, Marília (2011). UFRGS: Da “universidade técnica” à universidade inovadora. In Marília Morosini (Org.), *A universidade no Brasil: Concepções e modelos* (2.ª ed., pp. 81-96). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

- Fraser, Nancy (2009). Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 77, 11-39. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000200001>
- Freire, Paulo (1987). *Pedagogia do oprimido* (17.^a ed.). Paz e Terra. (Publicado originalmente em 1968)
- Freire, Paulo (2000). *Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos*. Unesp.
- Genro, Maria Elly (2000). *Movimentos sociais e universidade: Rupturas e inovações na construção da cidadania* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/200681>
- Genro, Maria Elly (2011). Educação do sujeito político na universidade. In Denise Leite, Maria Elly Genro, & Ana Braga (Orgs.), *Inovação e pedagogia universitária* (pp. 139-152). UFRGS.
- Gil, Antônio C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6.^a ed.). Atlas.
- Gohn, Maria da Glória (1994). *Movimentos sociais e educação* (2.^a ed.). Cortez.
- Gomes, Romeu (2012). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In Maria Cecília Minayo (Org.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (31.^a ed., pp. 79-108). Vozes.
- Gruginskie, Claudete (2015). *Universidade pública e sujeito político: Olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://hdl.handle.net/10183/134799>
- Gruginskie, Claudete, Miorando, Bernardo, & Genro, Maria Elly (2018). Construindo a subjetividade política: Contribuições para pensar a universidade como espaço de formação. *Educação em Perspectiva*, 9(3), 734-739. <https://dx.doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v9i3.1011>
- Jasper, James M. (2013). Las emociones y los movimientos sociales: Veinte años de teoría e investigación. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, 10(4), 46-66. <http://www.relaces.com.ar/index.php/relaces/article/view/240>
- Leite, Denise (1990). *Aprendizagem e consciência social na universidade* [Tese de doutoramento não publicada]. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Masa de Lucas, Olmo (2018). Tomalafacultad: El movimiento estudiantil madrileño de 2011 a 2015. *Encrucijadas – Revista Crítica de Ciencias Sociales*, 15, a1503. <https://recyt.fecyt.es/index.php/encrucijadas/article/view/79140>
- Meyerhoff, Eli, & Thompsett, Fern (2017). Decolonizing study: Free universities in more-than-humanist accompliceships with Indigenous movements. *Journal of Environmental Education*, 48(4), 234-247. <https://doi.org/10.1080/00958964.2017.1336975>
- Minayo, Maria Cecília (2012). O desafio da pesquisa social. In Maria Cecília Minayo (Org.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (31.^a ed., pp. 9-29). Vozes.
- Novaes, Henrique T. (2012). *Reatando um fio interrompido: A relação universidade-movimentos sociais na América latina*. Expressão Popular.
- Petrick, Kamilla (2015). Fast times in hallowed halls: Making time for activism in a culture of speed. *Studies in Social Justice*, 9(1), 70-85. <https://doi.org/10.26522/ssj.v9i1.1148>
- Reyes, Paulina, & Lundström, Markus (2020). Researching otherwise? Autoethnographic notes on the 2013 Stockholm riots. *Critical Sociology*, 47(7-8), 1159-1170. <https://doi.org/10.1177/0896920520978482>
- Saldaña, Johnny (2009). *The coding manual for qualitative researchers*. SAGE.

- Santos, Boaventura S. (1994). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura S. (2019). *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul*. Autêntica Editora.
- Scherer-Warren, Ilse (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21(1), 109-130. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>
- Sguissardi, Valdemar (2011). Universidade no Brasil: Dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? In Marília Morosini (Org.), *A universidade no Brasil: Concepções e modelos* (2.ª ed., pp. 275-289). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Soltis, Laura E. (2015). From freedom schools to freedom university: Liberatory education, interracial and inter-generational dialogue, and the undocumented student movement in the U.S. south. *Souls: A Critical Journal of Black Politics, Culture, and Society*, 17(1-2), 20-53. <https://doi.org/10.1080/10999949.2015.998578>
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (2015). *Relatório de autoavaliação UFRGS 2014*. UFRGS. <http://www.ufrgs.br/cpa/publicacoes/RAAI2014.pdf>